

DISTORÇÃO DE RENDA Desde 2013 o nível de desigualdade estagnou no Brasil e deu uma acelerada a partir de 2016, mostra PNAD Contínua

O de cima sobe e o de baixo desce

LEONARDO SPINELLI

lspinelli@jc.com.br

Após a Constituição de 1988, o Brasil iniciou uma trajetória de redução das desigualdades, principalmente a partir dos anos 90 e que foi ampliada na primeira década deste século 21. Mas, na semana passada, o IBGE divulgou números que reforçam a análise de que esse movimento estagnou. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), o País tinha em 2017 10,3 milhões de pessoas vivendo com apenas R\$ 40 por mês (em Pernambuco, seriam 463 mil pessoas), um rendimento bem abaixo da linha da pobreza estabelecida mundialmente em US\$ 1,90 por dia (isso equivale a R\$ 133,72 mensais em 2016, segundo cálculos do IBGE). Para piorar, naquele ano, essas mesmas pessoas recebiam R\$ 49, ou seja, em 2017 ainda tiveram uma perda de renda em 18%. Por outro lado, no topo da pirâmide, 2 milhões de pessoas, ou 1% da população, recebiam o equivalente a R\$ 15,5 mil, 387 vezes mais do que os 10 milhões mais pobres.

Desde 2013 o Índice de Gini mostra reversão nos ganhos contra a desigualdade. O indicador mede a distribuição de renda na população, variando de 0

a 1. Quanto mais perto de 1, mais a sociedade é desigual. Naquele ano, o Brasil fechou, pela primeira vez, com o Índice de Gini abaixo da casa dos 0,500, em 0,495. Ficou estagnado neste patamar até 2015, mas em 2016 passou a aumentar, de 0,555 para 0,567 em 2017 (uma redução de 2,1% no nível de igualdade), voltando ao patamar de 2004 (0,569).

O avanço da pobreza é considerado um dos grandes retrocessos da recessão econômica. O Nordeste concentrava 55% da população extremamente pobre do País em 2017, com 8,1 milhões de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 136, boa parte concentrada na Bahia e em Pernambuco. É um contingente 10,8% maior do que o registrado no ano anterior, ou 800 mil pessoas a mais, segundo números da LCA Consultores, com base nos dados do IBGE.

“Esses números são preocupantes, porque mostram uma estagnação de um ano para o outro, mas não é surpreendente. Outros indicadores mostravam essa deterioração”, avalia o coordenador de campanhas da Oxfam Brasil, Rafael Georges, organização de origem britânica que busca soluções para o enfrentamento da pobreza.

“A redução da desigualdade veio das políticas trabalhistas, com valorização do salário mínimo, aumento da oferta de emprego e redução da informalidade. O que aconteceu foi a inversão dessas políticas. O Brasil teve alta

de desemprego, que se recupera hoje pelo emprego informal, que paga menos. Com isso, quem está na base é mais fragilizado. Isso nos ensina que, para o Brasil sair da desigualdade, precisa sair da lógica apenas do trabalho, precisa da proteção social”, comenta Georges.

Apesar de concordar que o equilíbrio fiscal é fundamental para manter o controle da inflação, que prejudica principalmente a camada mais pobre, a Oxfam Brasil considera que o teto de gastos estipulados pelo governo Temer exagera ao colocar na conta os gastos com saúde, educação e investimentos sociais. “Não dá pra matar mosca com bala de canhão”, avalia.

A análise da desigualdade foi prejudicada pelas mudanças na PNAD

O pesquisador da FGV Social Marcelo Neri faz uma leitura diferente dos dados divulgados pelo IBGE. “Os resultados que saíram mostram uma estabilidade da desigualdade num nível muito alto e uma pequena queda na renda do trabalho na retomada (da economia)”, salientou. Segundo ele, a análise da desigualdade no Brasil ficou prejudicada entre 2015 e 2016, quando o IBGE mudou a forma da pesquisa de domicílios usada até então, passando da PNAD para a PNAD Contínua. “Não são comparáveis. A desigualdade na PNAD Contínua é mais alta que na tradicional, mas isso não quer dizer que aumentou de 2015 para 2016. A gente precisa entender essa evolução e, hoje, os dados preliminares mostram que a desigualdade subiu, mas não vemos isso em alta definição, é parcial”, diz.

Neri afirma que o foco dos estudos na desigualdade é um fenômeno que tomou o mundo a partir do best-seller de Thomas Piketty, *O Capital do Século 21*, de 2013. “Isso mostra um pouco a demanda da sociedade no mundo sobre esse tema, mas, para mim, não está claro que a sociedade brasileira está tão preocupada com a desigualdade agora. O Brasil precisa crescer e precisa aumentar a produtividade da sociedade e discutir como partilhar esse ganho. Crescer e melhorar a distribuição. É um período desafiador”, comenta. Para ele, a desigualdade deve ser tratada em conjunto com a formação da riqueza. “Qual o mundo que eu preferia morar? É o mais rico e desigual, mas com a renda crescendo para tudo mundo.”

No Estado, rendimento caiu para todos

Os números da PNAD Contínua divulgados na quarta (11) e relativos a Pernambuco mostram que o quadro nacional se repetiu de forma intensa no Estado. O rendimento médio mensal do contingente das pessoas que ganham menos em Pernambuco caiu 26,7% de 2016 para 2017. Cerca de 267 mil pessoas no Estado disseram ter um rendimento médio mensal de R\$ 52 com o seu trabalho no ano passado. Isso representa uma diferença de 410 vezes para os ganhos dos 1% mais ricos do Estado, que tiveram uma renda mensal de R\$ 21,3 mil. Em 2016, os mais ricos de Pernambuco tinham uma renda de R\$ 26,5 mil. São pouco mais de 53 mil pessoas nessa condição.

Apesar da diferença abissal, a crise também afetou a renda dos mais ricos, que caiu de um ano para o outro numa proporção de 19%.

Na média, o rendimento do pernambucano era de R\$ 1.627 em 2017, numa redução de 9,8% de um ano para o outro. Para o pesquisador da FGV

Social, Marcelo Neri, esse quadro, que se repete em Pernambuco, mostra que a crise abateu toda a sociedade. “A gente saiu de uma situação em que a renda crescia e a desigualdade caía e essa era a beleza do caso brasileiro. O bolo crescia com mais fermento para os mais pobres, mas depois começou a cair, e mais sobre os mais pobres. O que era qualidade dupla virou defeito duplicado. Agora está todo mundo perdendo.”

Em termos absolutos, o número de pessoas que obtiveram rendimento através do trabalho caiu em 1,38% no Estado, passando de 3,33 milhões de indivíduos em 2016 para 3,28 milhões em 2017. Também caiu o número de gente que vivia de renda ou aluguel em 11,2% de um ano para o outro (eram 103 mil em 2017).

Em compensação, aumentou em 4,3% o número de pessoas que tiveram seus rendimentos vindos de outras fontes, fechando num contingente de 2,51 milhões de pessoas no ano passado. A quantidade de aposentados cresceu 7% no período, enquanto houve alta de 22% do número de pessoas que recebiam pensão alimentícia, doação e mesada de alguém que não morava na mesma casa. No total, 5,35 milhões era o número de pessoas com rendimentos nos domicílios pernambucanos em 2017.

ARTES/JC

Concentração também em Pernambuco

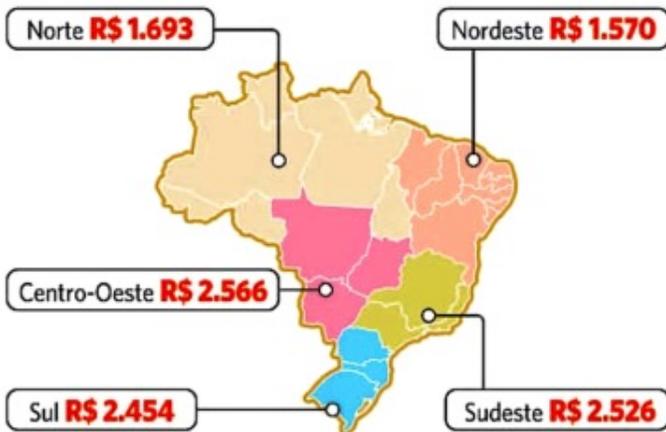
Diferenças no Estado



Rendimento médio dos pernambucanos



Rendimento médio dos brasileiros



Fonte: PNAD Contínua/IBGE



DESIGUAIS Os 1% mais ricos de Pernambuco recebiam em média R\$ 21,3 mil por mês, 35 vezes mais que a parcela dos 50% mais pobres. Todos, no entanto, tiveram queda de renda de 2016 para 2017

DESIGUALDADE Dificuldade dos mais pobres à formação de qualidade atrapalha a construção de uma sociedade igualitária

Educação reduz abismo

EDILSON VIEIRA

edvieira@ic.com.br

● continuação da página 20

A taxa de desemprego de 12,6% em Pernambuco fica mais visível quando se observa a movimentação de pessoas em busca da primeira chance no mercado de trabalho ou a recolocação profissional. Caso de Alexandre Simão Gomes, 28 anos, e Ohara Gissely Lacerda, 26, cuja cumplidade vai além do casamento de três anos. Na última sexta-feira (13), os dois estavam na Agência de Empregos da Prefeitura do Recife, no Bairro do Recife, à procura de emprego. Ele, de pintor, e ela “de qualquer coisa que apareça”. Ambos concluíram o ensino médio, sendo que Gissely nunca fez um curso de capacitação nem teve um emprego formal. Já vendeu perfumes e cosméticos mas hoje cuida apenas da casa. O sonho de faculdade ela adiou, depois que a família, originária de Caruaru, começou a mudar muito de endereço. “Aí bagunçou tudo”, diz, timidamente. Já o marido fez dois cursos de curta duração, sempre na área de pintura. Já teve um emprego formal, mas isso foi há três anos. Desde então faz bicos, quando aparecem. Tanto Ohara quanto Gissely pensam ainda em cursar uma universidade, mas admitem que é difícil. “Estudar e trabalhar é bem complicado”, pondera Alexandre. Dos nove irmãos de Alexandre, apenas dois estão na faculdade. Na família dela, nenhum dos quatro irmãos passou pelo ensino superior.

Na Agência do Trabalho do Governo do Estado, na Rua da Aurora, Bairro da Boa Vista, no Recife, cerca de 800 pessoas por dia vão em busca dos serviços oferecidos. O mais procurado é o de oferta de vagas. Gente como Rodrigo Lucas dos Santos, 33. O último emprego dele foi há seis meses, como cobrador de ônibus, quando ganhava pouco mais de R\$ 1.000. Antes, já havia prestado serviços como maqueiro, em um hospital público. Ao perder o emprego, voltou a morar com a mãe. Nunca teve uma profissão definida. Quando concluiu o ensino médio em escola pública, há 15 anos, não teve ânimo para

prosseguir nos estudos. Mesmo destino dos cinco irmãos. Rodrigo foi vender lanches nas ruas. No total, trabalhou cerca de seis anos com carteira assinada, o restante foi no mercado informal, que hoje absorve quase 11 milhões de brasileiros. Ele tem esperança de conseguir voltar ao mercado de trabalho mas admite que está difícil. “Já vim sete vezes atrás de vaga”, diz.

Para a economista Tânia Bacelar, a histórica desigualdade brasileira tem causas estruturais. Um dos fatores é a dificuldade de acesso da população mais pobre à educação de qualidade. “A educação no Brasil não é valorizada. Quem pode pagar estuda nas melhores escolas. Quem não pode, quase sempre fica nas piores. O resultado é que esses dois mundos (de ricos e pobres) não dialogam desde muito cedo”. Ela usa como exemplo a educação nos Estados Unidos, onde o ensino médio é unificado e recebe alunos de todas as classes sociais. A economista salienta que conhecimento é fundamental para aumentar a renda da população. Outra situação que fomenta a desigualdade, segundo Tânia Bacelar, é o acesso aos meios de produção. “Pouca gente tem acesso à terra, para exercer a agricultura. No Brasil, o padrão é a concentração de grandes áreas na mão de poucos proprietários. A terra é fundamental como polo de geração de ocupação e de renda”, diz Tânia. Ela cita que outros países capitalistas fizeram a reforma agrária há muito tempo. “A China ainda hoje mantém a terra como bem público. A reforma agrária foi feita lá na época comunista de Mao Tse-Tung, mas atualmente, mesmo com a economia aberta, eles desestatizaram, mas não privatizaram a propriedade rural. Só é proprietário de terras na China quem produz. E aqui temos muitas áreas improdutivas”, diz a economista.

Tânia Bacelar diz ainda que, no Brasil, o combate a desigualdade se dá de forma conjuntural. “Tentamos diminuir a desigualdade com renda. Mas

renda é fluxo, tem a ver com estoques e com bens produtivos. Na crise, a renda não tem força”. Tânia Bacelar faz ressaltar em relação à opinião do coordenador da pesquisa do PNAD/IBGE, Cimar Azeredo que, ao apresentar os dados da pesquisa, declarou que a saída para reduzir a desigualdade é o emprego. Tânia lembra que em 2010 a taxa de desemprego no País era de 4%, o que já caracteriza emprego pleno, e nem por isso o Brasil se tornou uma nação justa socialmente. “Não podemos colocar no emprego a saída para esta diferença. Mesmo porque aquele emprego tradicional, duradouro, registrado, está desaparecendo”, diz Tânia. Ao mesmo tempo, ela critica as altas taxas de juros, que são um entrave para quem quer empreender. “Os juros cobrados no Brasil são inexplicáveis. Além disso, a economia é centralizada em apenas cinco instituições financeiras, sendo duas públicas e três privadas, isso não existe em nenhum lugar do mundo”. Por fim, Tânia diz que a desigualdade social é um tema tão complexo que em muitos países é estudada de forma multidisciplinar, passando por áreas como a sociologia e a psicologia.

Para o sociólogo José Arlindo Soares, a questão cultural tem a sua influência. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, no século 19, além de ser historicamente uma sociedade patriarcal. Isso explica, em parte, por que há desigualdade ainda maior entre os negros e as mulheres. Segundo o PNAD Contínua/IBGE, o rendimento médio dos trabalhadores do sexo masculino é de R\$ 2.410, enquanto as mulheres recebem, na média, R\$ 1.868. E trabalhadores negros recebem metade do ganho de um trabalhador branco.

A média salarial é de R\$ 1.570 para os negros e R\$ 2.814 para os brancos. Mais uma vez, tudo passa pela educação. Para José Arlindo, a oferta de vagas escolares cresceu de maneira expressiva nos últimos anos. Mas isto não resolveu o problema. “Cerca de 96% das crianças de 14 anos de idade estão matriculadas na escola. O problema é que essas crianças não avançam no estudos e assim ficam incapacitadas de dar o salto necessário. Muitos não se

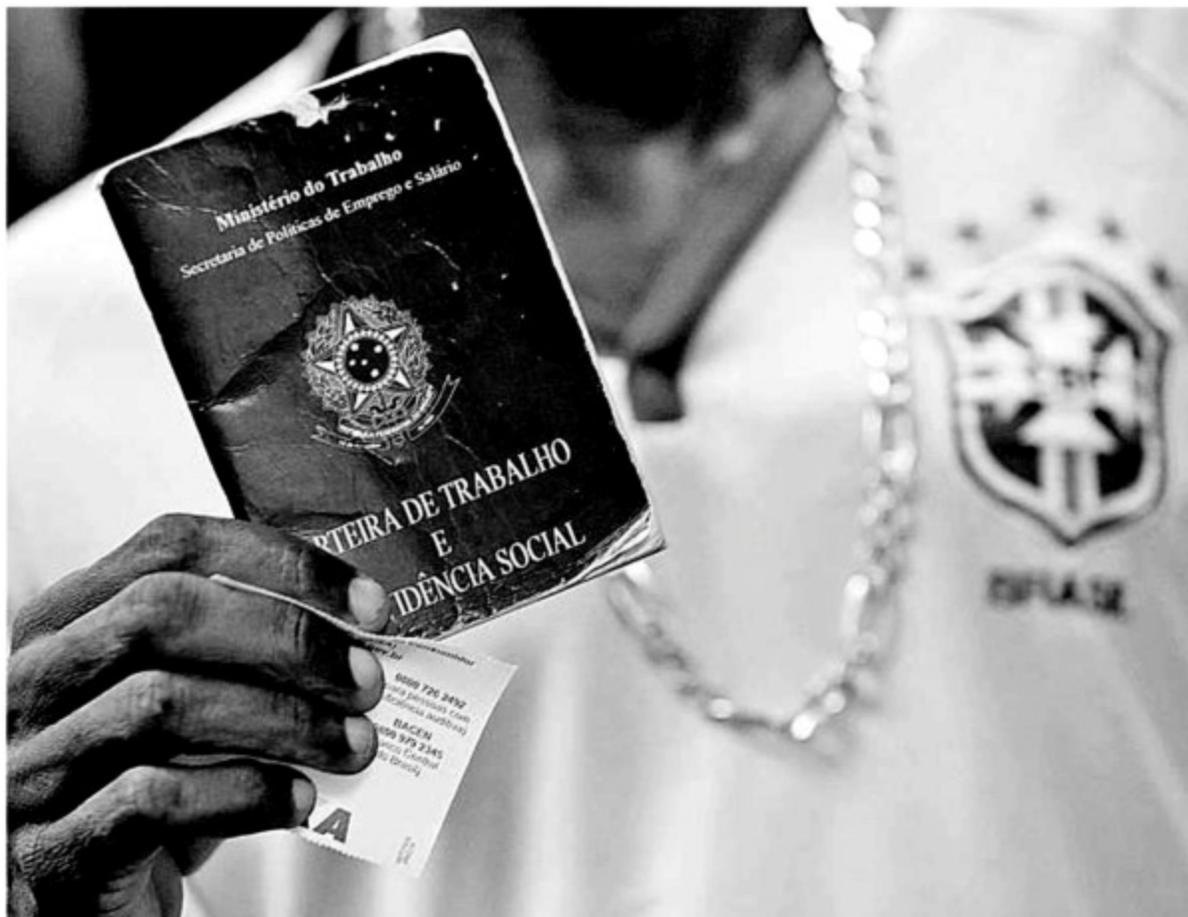
aventuram, no bom sentido, a concluir o ensino médio, e ficam pelo caminho, sem atingir a inserção social. Apenas 48% dos adolescentes estão matriculados no ensino médio.", diz o sociólogo.

O fato dos jovens não verem a escola como forma de ascensão social é o principal motivo da falta de interesse, segundo José Arlindo. Para ele, a escola tradicional, de apenas um turno e com matérias puramente acadêmicas não atraem os jovens acima de 15 anos de idade. "Basta ver os números de evasão escolar. Enquanto na escola tradicional o percentual dos que abandonam o ensino chega a 30%, nas escolas que adotaram o ensino integral é de menos de 8% e nas escolas técnicas apenas 2%, praticamente não há evasão nas escolas técnicas porque o aluno vê um propósito naquilo que estuda", diz o professor.

Ele reforça a necessidade de um ensino voltado para o mundo globalizado que é essencialmente um mundo produtivo. Em relação a outros fatores que colaboram para o abismo social entre ricos e pobres ele vê a falha nas políticas

públicas. "Os governos agem mal, porque repassam dinheiro aos municípios e não fiscalizam a utilização".

O sociólogo, que também é consultor de políticas públicas, diz que investimentos em tratamento do lixo e saneamento básico ajudariam a diminuir a desigualdade. "Se houvesse mais cuidado com a prevenção, os governos não precisariam gastar tanto com medicina curativa, que é mais complexa e mais cara". José Arlindo diz ainda que um povo doente é menos apto para o trabalho e não tem ânimo para buscar melhorias em seu padrão de vida. "A desigualdade tem que ser combatida em várias frentes, ou então ficaremos fadados a daqui 20 ou 30 anos estarmos no mesmo ciclo de pobreza. E uma das consequências desse ciclo nós estamos vendo agora: a violência. Basta ver a população carcerária, onde cerca de 70% é negro ou mulato e de baixa escolaridade", conclui.



DIEGO NIGRO/JC IMAGEM

DESEMPREGO Na Agência do Trabalho da Boa Vista, 800 pessoas por dia vão em busca de serviços. A maioria procura vagas



GUGA MATOS/JC IMAGEM

“ A educação no Brasil não é valorizada. Quem pode pagar estuda nas melhores escolas. Quem não pode, quase sempre fica nas piores. O resultado é que esses dois mundos (de ricos e pobres) não dialogam desde muito cedo”, analisa a economista Tânia Bacelar

“

Estudar e trabalhar é bem complicado”, diz Alexandre Simão Gomes, ao lado da esposa Ohara Gissely Lacerda. Os dois procuravam na semana passada alguma ocupação remunerada na Agência do Trabalho. O casal pensa ainda em fazer um curso universitário



“

Já vim sete vezes atrás de vaga”, diz Rodrigo Lucas dos Santos. Segundo ele, seu último emprego foi há seis meses, como cobrador de ônibus, quando ganhava pouco mais de R\$ 1.000. Antes, já havia prestado serviços como maqueiro, em um hospital público